
Qualidade do Projeto e Excelência Arquitetônica

Paper title

Amélia PANET

Arquiteta e Urbanista, Doutoranda do PPGAU/UFRN. Professora Assistente do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal da Paraíba – UFPB.
| e-mail: map2001@terra.com.br | CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3003030548848213>

Maísa VELOSO

Arquiteta e Urbanista, Doutora do PPGAU/UFRN.
| e-mail: maisaveloso@uol.com.br | CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4974901249133556>

RESUMO

Entendendo que a qualidade do ambiente construído em muito depende da qualidade dos projetos que lhe dão forma e significado, este artigo discute algumas questões inerentes à qualidade do projeto no contexto contemporâneo, sobretudo no que diz respeito ao valor estético. Reconhece a dificuldade de avaliar a qualidade do projeto, tanto no contexto acadêmico quanto no profissional, a partir de uma ótica exclusivamente estética, mas considera ser esta uma discussão necessária para complementar as demais abordagens existentes. Por meio da análise crítica de alguns trabalhos acadêmicos que abordam o tema da qualidade do projeto, percebe-se que o componente estético não é em geral contemplado nas normas, técnicas e programas de planejamento e de avaliação do projeto e da arquitetura. As análises indicam a necessidade de definir fundamentos que possam nortear o juízo estético do projeto e da arquitetura, e apontam que o período de formação do arquiteto é fundamental no desenvolvimento de valores e requisitos do que seja uma arquitetura de excelência, para que esse entendimento possa ser aplicado ao contexto profissional.

Palavras-chave: Qualidade do projeto. Excelência Arquitetônica. Juízo de Valor Estético.

ABSTRACT

Understanding that the quality of the built environment often depends on the quality of the design that gives its form and meaning, this article discusses some issues related to quality of design in the contemporary context, particularly regarding the aesthetic value. It recognizes the difficulty of assessing the quality of the design, both in academic and professional context, from a purely aesthetic viewpoint, but considers it as necessary factor to complement other existing approaches. Through the analysis of some scholarly works that deal with quality of design, it was perceived that the aesthetic component is often not included in the rules, techniques and programs for planning and evaluating design and architecture. The analysis indicate a need for elements to guide the aesthetic assessment on design and architecture and consider that the training period of the architect is a key moment to develop values and requirements to a perception of excellence in architecture, so that it can be applied to the professional context.

Keywords: Design quality. Architectural excellence. Judgment of aesthetic value.

1 INTRODUÇÃO: O PROBLEMA E SUAS ORIGENS

Apesar da Arquitetura ser uma das mais antigas profissões quando associamos sua prática às necessidades materiais humanas, só é a partir do Renascimento, principalmente na Itália, que esse ofício é reconhecido como campo específico dentro das artes, adquirindo o estatuto de “artes liberais”. Nesse período, o arquiteto diferencia-se do mestre de obra pelo seu trabalho intelectual.

Historicamente, foi Brunelleschi o representante dessa mudança. Além de todo seu conhecimento e experiência técnica em diversas artes, fica conhecido pela proposta para a cúpula da Catedral de Santa Maria del Fiore, em Florença, quando apresenta para o projeto de Arnolfo di Camillo, uma proposta baseada nos princípios clássicos da construção de uma dupla cúpula que absorveria suas próprias tensões. Além do projeto, Brunelleschi desenvolve os andaimes e maquinário para sua execução, orienta e ensina os operários, mostrando completo domínio da técnica e do *savoir-faire*. Brunelleschi: “*Ensina porque tem em mente todas as fases do processo construtivo. Ensina porque tem o domínio do fazer.*” (MIGUEL, 2003)

O *Quattrocento* italiano provocou uma verdadeira revolução na prática arquitetônica. Pela tradição herdada da Idade Média, até então, o arquiteto era visto como o chefe do canteiro de obras comandando profissionais especializados em diferentes serviços. Sua função de projetista e executor dava-se num mesmo espaço e tempo. A experiência de Brunelleschi na cúpula de Florença separa a concepção arquitetônica de sua execução, tornando o arquiteto o único responsável pelas duas atividades, a concepção do projeto e a técnica para a sua execução. Com essa dissociação, Brunelleschi organiza uma divisão técnica e social do trabalho, declarando o projeto arquitetônico como o primeiro ato pertinente a toda criação arquitetônica. (BOUTINET, 2002)

Na Europa dos séculos XVI e XIX, ocorre a substituição das formas de produção artística das corporações de ofício, pela indústria e pelo modo de produção capitalista. Especialmente no século XVIII, o arquiteto passa a ter uma formação específica, fora das oficinas, a partir do surgimento das academias, notadamente na França com o ensino das Belas Artes (Arquitetura, Escultura e Pintura) e o dos cursos Politécnicos, que passariam a ser modelos para o mundo ocidental. A fusão entre a arte e a técnica ganha força e difunde-se como modelo para a formação do arquiteto. (SANTOS, 2003).

Se por um lado, a autonomia do arquiteto no aspecto da concepção projetual é reconhecida, por outro, essa tarefa intelectual de conceber um plano para o futuro espaço, afasta esse profissional, cada vez mais, dos canteiros de obras.

Com a Revolução Industrial e o progresso científico, o arquiteto perde prestígio e surge a figura do engenheiro, profissional mais moderno e atento às novas demandas da sociedade. Na França, esse progresso é introduzido na *École des Ponts et Chaussées* e nas Politécnicas (MARQUES, 199_). O antigo domínio da técnica, do *savoir-faire*, aspecto intrínseco à natureza das atividades do arquiteto, perde-se ao longo da história da profissão, sendo abarcado por outros campos disciplinares.

No século XX, a rica experiência da *Bauhaus*, na Alemanha, que procurou reunir arte, arquitetura e *design* aos processos tecnológicos industriais, foi interrompida pelo contexto político que levou à II Grande Guerra, e poucas iniciativas neste sentido lhe sucederam. A geração modernista do segundo pós-guerra imergiu numa crise evidenciada em diversos congressos internacionais, nos quais era notória a preocupação com a qualidade da produção arquitetônica e urbanística de muitas cidades e países. Enquanto alguns movimentos proclamavam o retorno da “síntese das artes”, na urgência da reconstrução e

do novo *boom* de crescimento das cidades, obras de engenharia e construções, muitas delas espontâneas ou de não arquitetos, continuavam a desenhar o cenário urbano. Brasília e *Chandigarh* apareciam como as derradeiras grandes obras do movimento moderno.

O questionamento da qualidade estética e construtiva do chamado *international style* contribuiu para o surgimento, nos anos 60, de uma série de movimentos de resgate da “excelência perdida”. E esta reconquista passava, também, pela revisão dos modos como os responsáveis pela produção do ambiente concebiam e executavam seus projetos. Ou seja, a qualidade da Arquitetura e do Urbanismo estariam relacionadas à qualidade do projeto. Neste contexto, destacamos o *new design methods mouvement*, direcionado à racionalização dos processos de concepção e de projeção no âmbito das chamadas “ciências do artificial” (SIMON, 1996)¹ e os estudos da concepção, notadamente na França (Boudon, Conan, Prost e outros), ambos buscando, por diferentes caminhos, desvendar processos e encontrar elementos que pudessem contribuir para a melhoria do ato de projetar e de seu ensino. No entanto, estes estudos se polarizaram dentro das escolas de *design* e arquitetura, com rebatimentos no meio acadêmico (ensino e pesquisa), mas sem maiores repercussões nas engenharias e, sobretudo, nas práticas do meio profissional, que permaneceram indiferentes aos embates teóricos e metodológicos da academia.

Ainda hoje, no contexto brasileiro, o arquiteto é visto pela sociedade, como o autor de um projeto de criação, o profissional do desenho e do desígnio, responsável pela atribuição de qualidade estética ao produto requerido, enquanto o engenheiro assume a tarefa de executar esse desígnio. Essa visão bipartida que tem, como vimos, origens históricas, influenciou por muito tempo os projetos de formação desses profissionais, prejudicando uma abordagem mais completa da natureza de seus atributos. Além disso, contribuiu para a permanência de uma representação social da natureza essencialmente artística inerente à atividade do arquiteto, colocando em xeque sua capacidade de conferir qualidade construtiva ao produto que concebe.

Nas últimas décadas, com a Revolução Tecnológica e o desenvolvimento de novos meios de comunicação, novos desafios se colocaram, entre eles: a concepção de uma arquitetura sustentável, a formação de profissionais competentes nas novas tecnologias de produção da arquitetura, e em sintonia com os novos paradigmas da contemporaneidade. Neste contexto, ressurgiu o desejo de união entre aspectos relacionados à arte, à técnica, ao social, ao ambiental e ao econômico. O projeto arquitetônico contemporâneo exige a gerência de diversas variáveis complexas e a sua excelência depende dessas relações, de forma que, mensurar essa qualidade torna-se uma tarefa difícil e relativa ao contexto em que se insere.

Este texto discute algumas questões relativas à qualidade do projeto contemporâneo, a partir da análise crítica da literatura inerente ao assunto. Considera como etapa fundamental para um entendimento do que seja essa qualidade, o período de formação do profissional arquiteto. Acreditamos ser um dos objetivos dessa formação, além da capacitação técnica, o desenvolvimento de valores que norteiem a crítica e o juízo de valor estético da produção arquitetônica, qualidade que a distingue das construções em geral. Embora não se pretenda neste momento chegar a conclusões do que seria essa “excelência arquitetônica”, o texto apresenta questões, a nosso ver, fundamentais para o entendimento dessa condição no contexto da formação profissional e para a qualidade de sua futura produção.

2 O PROJETO E SEU ENSINO NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO

No contexto brasileiro, a crise do ensino da arquitetura, e especificamente, do ensino de projeto, a partir da década de oitenta, vem coincidir com aspectos da própria produção arquitetônica, que não encontra mais nas ideologias modernistas, sua fonte principal de

inspiração. A profusão de novos paradigmas e tecnologias que levaram às novas formas e significados na Arquitetura perturba o aparente domínio da composição modernista deixando os professores e arquitetos com a sensação de impotência para o ensino dessa nova arquitetura. Outros campos disciplinares passam a influenciar essa produção que procura incorporar novos valores, e desenvolve novas formas diante dos desafios do mundo contemporâneo.

Com a indefinição de referências determinantes para a concepção e a qualidade do projeto, e, em parte, pelo desconhecimento dos novos paradigmas e teorias que influenciavam a produção arquitetônica, a avaliação da excelência em muito se relacionava à subjetividade das escolhas e preferências humanas, sobretudo no campo da estética. Essa subjetividade era manifestada, tanto no mundo acadêmico, durante as avaliações da produção discente nas disciplinas de projeto, quanto na prática profissional, como em avaliações de concurso cujos pareceres não faziam referências claras aos critérios de avaliação. Embora os sistemas de avaliação e o grau de rigor com relação aos requisitos de qualidade do projeto sejam diferentes nos dois contextos, ambos não deixam claros os princípios que fundamentam os juízos de valor.

Atualmente, com a difusão dessas novas teorias por meio de publicações e eventos científicos, certo entendimento se faz presente, e um novo interesse em desvendar esses mecanismos operatórios da concepção arquitetônica, é revelado. Assim, são cada vez mais valorizados os processos de concepção, com base nos desenhos e discursos do arquiteto, como caminho imprescindível para a compreensão da arquitetura (BOUDON, 2004). Esse percurso registrado confere novos valores ao ensino de projeto e ao próprio ambiente construído, e abre outros questionamentos quanto aos aspectos inerentes a um projeto de qualidade, principalmente, no quesito “qualidade formal e estética”.

Em muitos aspectos, o ensino em Arquitetura não conseguiu acompanhar os avanços da produção profissional, nacional e internacional. O uso de ferramentas computacionais que poderiam contribuir, para o processo projetual, desde as primeiras fases, ainda não é uma *práxis* consolidada nos cursos brasileiros. Tampouco é comum, nos ateliês, que os trabalhos atinjam o nível de projeto executivo, com detalhamentos construtivos e especificações necessários à exequibilidade do projeto. Mesmo porque, a natureza interdisciplinar da arquitetura ainda não conseguiu ser abarcada nas escolas, permanecendo muitas disciplinas desconectadas do atelier de projeto.

Este quadro do ensino da arquitetura vem sendo refletido na qualidade do projeto e, conseqüentemente, da produção contemporânea brasileira. Este fato, aliado a outros como o baixo nível de exigência do consumidor, vem colocando em questionamento o nível de qualidade de parte significativa desta produção. Com o processo de globalização e a exacerbação da concorrência internacional, esforços de mudança nesse quadro têm sido, sobretudo, feitos por iniciativas do campo profissional e mercadológico. No entanto, consideramos imprescindível que estas iniciativas também ocorram no campo do ensino, com a capacitação docente e sua aproximação com os agentes da produção dos edifícios e da cidade. Algumas ações já se fazem presentes no contexto acadêmico e, entre elas, estão as iniciativas do Grupo de Trabalho em Qualidade do Projeto (GTQP) da ANTAC, constituído em outubro de 2008, que além de sua própria produção tem conseguido reunir boas práticas com o foco na qualidade do projeto. Outras formas de estreitamento das relações entre a academia e o meio profissional são: o desenvolvimento de pesquisas integradas (empresas-universidades) e a oferta de Mestrados Profissionalizantes, que visam uma formação qualificada sintonizada com as práticas profissionais de seu público alvo específico².

3 QUALIDADE DO PROJETO ARQUITETÔNICO

No que diz respeito à qualidade do projeto arquitetônico, algumas pesquisas acadêmicas avançam em questões relativas à gestão de sua produção, aos seus procedimentos metodológicos e de avaliação. Alguns autores - como Melhado e Fabrício (1998, 2002), Melhado *et al* (2004; 2006a e 2006b), Lara e Tibúrcio (2002), Salgado (1998), Ornstein (2002), Moreira e Kowaltowski (2009) -, já há alguns anos investem em pesquisas e na prática de procedimentos que confirmam uma maior qualidade aos projetos. São vários os caminhos percorridos, desde a avaliação pós-ocupação do espaço construído, que incorpora o ponto de vista do usuário, a importância da consideração do programa, a gestão de projetos de edificações e o escopo de serviços para coordenação de projetos, até a avaliação de seus requisitos técnicos.

Melhado e Fabrício (1998), desde então, já procuravam diferenciar e, ao mesmo tempo, destacar a abordagem complementar e necessária do *projeto da produção* do produto (sua execução), e não apenas do *projeto para o produto* (sua arquitetura). Para os autores, o *projeto da produção* está diretamente relacionado à *construtibilidade* do projeto, e deve considerar as implicações das especificações em projetos, e mesmo de aspectos da concepção, frente à sua execução, pois, um projeto de qualidade deve adotar soluções que simplifiquem e melhorem o processo executivo.

Concordando com a pertinência destas preocupações, procuramos aqui refletir sobre alguns caminhos que possam indicar a qualidade arquitetônico, além destes importantes aspectos acima destacados. Percebemos que, nas ferramentas, normas e programas de qualidade e de planejamento, não é, em geral, considerado o quesito “estética” (aquele que, segundo Lúcio Costa, diferencia a Arquitetura da construção), até mesmo pela sua própria natureza subjetiva. Isto ocorre também nas certificações de qualidade ambiental ou de eficiência energética.

Em Arquitetura, como afirmam Boudon *et al* (2000, p.26), “são as características visuais, mas também táteis, auditivas, quicã olfativas, ou mesmo aerodinâmicas, de um lugar que lhe definem a qualidade. E, bem ou mal, é freqüentemente o visual que é privilegiado na cultura contemporânea”, como já assinalava Pinson (2003)³. No entanto, não se deve confundir recursos imagéticos superficiais (que visam “seduzir” os clientes) com qualidade estética de um edifício. Piñon (2006) destaca alguns aspectos que lhe são inerentes como tectonicidade (consistência construtiva), estruturas formais (legibilidade), resolução adequada de aspectos programáticos e adequação às condições do lugar, referendados pela cultura artística e a historicidade da proposta. Para ele, não há (boa) Arquitetura sem a consideração destes aspectos que devem se consubstanciar na forma.

Em recente relatório de pesquisa, sobre a análise da produção de apartamentos pela iniciativa privada na cidade de São Paulo (período 2000-2008), Queiroz e Tramontano (2009) chegaram à conclusão de que as estratégias priorizadas no mercado imobiliário têm como objetivo, garantir apenas a agilidade da comercialização das unidades e o retorno financeiro do investimento, não sendo consideradas características relacionadas à qualidade espacial e arquitetônica, nem tampouco ao uso futuro das unidades.

Esses aspectos analisados nessas pesquisas contribuem, sobremaneira, para a qualidade do projeto e da Arquitetura, embora, o aspecto da excelência arquitetônico, vista pela ótica da estética, não faça parte do elenco de seus objetivos. Já no contexto profissional, a busca pela qualidade é revelada nos programas de certificação de qualidade das empresas e dos produtos, embora também eles não garantam, necessariamente, a excelência da arquitetura, notadamente quando não consideram em seus critérios de avaliação, o componente estético. Enfim, esta é uma discussão que, a nosso ver, precisa ser incluída no debate.

Gostaríamos aqui de mencionar duas abordagens distintas, mas complementares quanto aos aspectos pertinentes à qualidade arquitetônico. Para isso, lançaremos mão de alguns aspectos tratados por Silva (2005), pois, embora, se referindo ao contexto acadêmico, sintetizam o que desejamos abordar. Para o autor, o propósito da formação em Arquitetura pode ser resumido em duas teorias: A *Teoria da Produção Arquitetônica* que diz respeito aos procedimentos envolvidos, tanto no processo de concepção, quanto no processo de materialização do objeto arquitetônico, sua execução; e a *Teoria da Excelência Arquitetônica* que trata da qualidade do objeto arquitetônico.

Transpondo essas duas teorias para o contexto profissional pode-se dizer que a excelência da Arquitetura, aqui entendida enquanto espaço construído e vivenciado, depende da qualidade do seu *processo de concepção*, que tem como resultado o *projeto arquitetônico* (o trabalho intelectual do arquiteto), e o seu *processo de produção* - os *projetos relativos à sua própria execução*.

Vale salientar que a realização apropriada de um desses dois processos, não qualifica plenamente o seu produto, a Arquitetura. Um projeto arquitetônico de qualidade, se mal executado, gera um espaço construído sem qualidade. Assim como, um projeto de produção bem elaborado não garante uma boa arquitetura se tiver como base um projeto arquitetônico de qualidade questionável.

3.1 Qualidade estética e qualidade do projeto arquitetônico

Silva (2005) levanta questões pertinentes a esta abordagem, quando diz que, a avaliação da qualidade do projeto arquitetônico, se consubstancia na emissão de um juízo de valor. Mas, para o autor, a natureza desse juízo na arquitetura é uma questão de opinião, portanto, depende de quem avalia. Embora, refira-se à avaliação do produto acadêmico, esta é uma posição preocupante. Se a avaliação do projeto de um estudante é feita de forma tão subjetiva, como o campo disciplinar da Arquitetura poderá ter um juízo de valor do que seja um bom projeto, enquanto registro intelectual de um trabalho concreto? Para Silva (2005):

“... sempre que a solução de um problema comportar a variedade que se espera da capacidade de criar, sempre que o componente surpresa ou inovação forem cabíveis, sempre que o equacionamento de um problema passar pela opinião ou pela emissão de um juízo de valor, estaremos diante da impossibilidade da aplicação de um gabarito e da atribuição de graus ou conceitos precisos e objetivos”. (SILVA, 2005)

Além de ser indesejável no contexto acadêmico, como afirma o autor, essa situação é frustrante na prática profissional. O autor ressalta a irrelevância dos esforços no sentido de elencar requisitos necessários ao projeto para que esses possam nortear sua avaliação. Na escola, assim como na prática profissional, a mera obediência dos requisitos programáticos, ambientais, tectônicos e econômicos, não garantirá a excelência da Arquitetura. Tampouco se sabe precisamente o que seria essa excelência arquitetônica, já que esse juízo de valor é feito por indivíduos, que comumente não definem as categorias e os critérios de avaliação. Para Silva (2005), mesmo que elas sejam definidas, existe uma questão por ele chamada de *teor afetivo*, que acaba por determinar o grau de excelência dessa Arquitetura.

De fato, existe uma parte da qualidade arquitetônica que não pode ser objetivamente mensurada, e que depende de questões relativas ao grau de identificação do sujeito/avaliador com o objeto arquitetônico ou projeto avaliado. No entanto, é importante que, tanto no meio acadêmico quanto no profissional, premissas, requisitos, parâmetros e relações sejam objetivamente definidos para que a parcela relativa àquela velha questão subjetiva do *“gosto não se discute”*, seja cada vez menor na avaliação.

A esse respeito, ressaltamos as distinções feitas por Veloso (2009) sobre o julgamento em Arquitetura⁴. Reconhecendo que a avaliação de projetos (mais do que obras construídas) são um dos pontos mais polêmicos tanto no contexto acadêmico como no profissional (em julgamentos de concursos, notadamente), a autora destaca duas distinções que devem ser feitas inicialmente: *i-* entre a avaliação de projetos com base em suas representações gráficas e textuais (desenhos e textos) - de uma arquitetura potencial, mas, que ainda não existe materialmente -, e a avaliação de espaços edificados e já em uso (como as avaliações pós-ocupação); *ii-* entre a avaliação de projetos em situação de ensino/aprendizado, em seus diferentes níveis, e a avaliação em contexto profissional, através de uma demanda particular/específica (cliente-projetista) ou pública/mais geral (competições tipo concursos através de chamadas em editais), posto que, ao menos em princípio, têm (ou deveriam ter) natureza, objetivos e procedimentos diferentes. No primeiro caso, o deslocamento epistemológico que se faz é do *feito* (a obra edificada) para o *fazer* (Boudon, 2004), para o projetar, visto como projeção antecipada de um artefato arquitetônico que ainda não existe materialmente, o que requer, para seu entendimento, representações textuais e imagéticas específicas (por parte de quem os concebe), bem como percepções e leituras distintas daquelas que se fazem sobre edificações em uso (por parte dos clientes ou avaliadores). No segundo caso, no julgamento de projetos estudantis, há uma tendência crescente à valorização dos *processos* de concepção e projeção em seus diferentes estágios de evolução conforme a individualidade do aluno, enquanto que em situações profissionais avaliam-se mais comumente e de forma impessoal os *produtos*, os projetos finalizados e apresentados em pranchas técnicas, ou mesmo em estágio preliminar de concepção, como em alguns concursos.

Mas em todas as situações, na escola ou na vida profissional, na arquitetura realizada ou idealizada, não há muita clareza quanto às categorias analíticas e aos critérios utilizados na avaliação, nem consenso quanto ao que seria um projeto de qualidade, aspectos fortemente imbricados. Entretanto, nas últimas décadas, tem havido esforços no sentido de escapar à avaliação subjetiva/intuitiva, mais ligada à tradição artística, e, sobretudo, àquela baseada apenas nos gostos e convicções pessoais do professor-avaliador ou crítico-membro do júri, seja ele projetista ou não, evoluindo-se na busca por critérios mais objetivos/rationais, comunicáveis de maneira inteligível aos agentes envolvidos no processo.

No campo profissional, um dos trabalhos pioneiros e mais teoricamente embasados sobre a questão é o de Peter Collins (1971), no qual são feitas analogias entre o julgamento em Arquitetura e o julgamento em Direito. Nele tomam lugar de destaque as noções de *processo*, *contexto*, *procedimentos* e *critérios* de julgamento. De maneira sintética, pode-se dizer que, para Collins, assim como no Direito, o julgamento em Arquitetura pode ser definido como um *processo histórico-evolutivo*, cujos registros podem, ou não, servir como “precedentes”, e como um *processo racional* no qual, através de determinados *procedimentos*, se tomam decisões com base em “princípios” que fundamentam, por sua vez, os *critérios de aceitação e/ou de rejeição* dos “argumentos” das partes envolvidas. O autor ressalta que em ambas as profissões, qualquer decisão válida depende de contextos mais amplos: histórico, sócio-político e físico-ambiental (que fornece tanto o *sentido de lugar* como as linhas jurídicas que lhe servem de guia). Assim sendo, aponta sete afinidades conceituais entre o julgamento em Direito e em Arquitetura, que vão desde a noção de “jurisdição territorial”, passando pela “aceitação” e “estabilidade social”, “continuidade histórica” e “conformidade funcional” (associação a um uso prático), até concluir com duas noções, que considera essenciais: o da “base racional inteligível” que todo julgamento deve ter e a noção de “discordância” que lhe é intrínseca, mas nem sempre expressa nos documentos publicados, principalmente nas avaliações de Arquitetura.

O autor ainda ressalta que esta última característica (discordância) não elimina a anterior (base racional). Longos debates abertos ao público nos quais opiniões divergentes são confrontadas, com base em fatos e princípios jurídicos bem definidos, são muito comuns nas cortes de justiça, mas não nas “cortes da Arquitetura”, onde, em geral, as comissões

juadoras se reúnem “a portas fechadas”, sem a presença dos “réus”, sejam eles estudantes ou profissionais. O que importa é que se tenham claros os princípios e os critérios sobre os quais se fundamentam o julgamento e, mais, que eles sejam inteligíveis aos “julgados”, o que não se alcança por meio de preferências individuais, mas por processos socialmente construídos, o que inclui, como em Direito, negociações e busca de consenso entre as partes envolvidas. Isto envolve, na Arquitetura, não só projetistas, produtores e executores, mas também os futuros usuários dos ambientes concebidos (VELOSO, 2009).

4 DISCUSSÕES FINAIS

A partir das análises empreendidas, observamos que o quesito estética não é em geral contemplado nos processos de avaliação da qualidade do projeto. Para avançar nesse aspecto, acreditamos que o período de formação profissional do arquiteto é fundamental para a construção coletiva de fundamentos de ordem estética, que possam ser aplicados ao contexto profissional.

A avaliação de projetos no contexto de ensino-aprendizado deve considerar não apenas o produto final, mas todo o processo de concepção desse produto, registrado por diversas formas e meios de representação. Para que esse processo seja reflexivo, as disciplinas de projeto devem assumir o caráter teórico-crítico dessa produção. O docente de projeto deve propiciar aos alunos momentos de reflexão crítica para possibilitar a problematização das proposituras de projeto, embasadas nas teorias e na história da Arquitetura. O ambiente de atelier deve promover a troca de informações e reflexões e, em seguida, a discussão conjunta das razões dessa produção, como defende Schön (2000). Esse exercício prático e teórico-crítico, que consubstancia o trabalho intelectual do arquiteto, contribui para a construção conjunta do juízo de valor do que seja uma Arquitetura de qualidade. Para tanto, faz-se necessária a participação ativa do aluno em todas as etapas dos processos de projeto, inclusive no de sua avaliação.

A ausência do quesito “valor estético” em trabalhos que abordam a qualidade do projeto em nada lhes tira o mérito e pertinência, mas apenas reforçam a necessidade de uma maior reflexão sobre o que seria, para um determinado contexto cultural, essa excelência arquitetônica. Para muitos, o valor estético é visto como uma condição *sine qua non* do projeto, e o arquiteto-profissional como inquestionavelmente dotado desta competência. Assim, reforçamos nossa posição de que os conhecimentos, técnicas e valores para uma concepção de qualidade devem ser desenvolvidos durante a formação desse arquiteto, pois uma vez no mercado de trabalho, o valor estético de sua produção é uma condição esperada pelo imaginário social, mas também frequentemente colocada em segundo plano, diante de racionalidades de ordem técnica e financeira dos agentes. A gestão e mediação destes conflitos de interesses e prioridades acordadas, inerentes a todo processo social, é questão fundamental para o alcance de padrões de qualidade, e isso pode e deve ser aprendido e praticado desde a escola. Finalmente, tornam-se necessários estudos que possam melhor elucidar os requisitos necessários à almejada qualidade estética do projeto de arquitetura contemporâneo.

5 REFERÊNCIAS

BOUDON, P.. *et al.* Enseigner la conception architecturale – Cours d’Architecturologie. Paris: Éditions de la Villette, 2000.

BOUDON, P.. Conception. Paris : Éditions de la Villette, 2004.

BOUTINET, Jean-Pierre. Antropologia do Projeto. Tradução: Patrícia Chittoni Ramos. 5ª. Ed. São Paulo: Artmed Editora S.A., 2002.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. A invenção do campo disciplinar da Arquitetura: contribuições e contraposições renascentistas. Interpretar Arquitetura. Revista de teoria e história da arquitetura e do urbanismo. Número 7 (vol. 5) agosto de 2004. Acesso pela internet em janeiro de 2008: <http://www.arquitetura.ufmg.br/ia/>

CHUPIN, Jean-Pierre. As três lógicas analógicas do projeto em arquitetura. Tradução Sônia Marques. In: MARQUES, Sonia; LARA, Fernando. (org.) Projetar: desafios e conquistas da pesquisa e do ensino de projeto. Rio de Janeiro: EVC, 2003.

COLLINS, P. Architectural Judgment. Montreal: McGill- Queen's University Press, 1971.

COMAS, C. Ideologia modernista e ensino de projeto arquitetônico: duas proposições em conflito. In: Projeto arquitetônico disciplina em crise, disciplina em renovação, Carlos Eduardo Comas: organizador; Jorge Czajkowski, Elvan Silva, Rogério de Castro Oliveira, Edson da Cunha Mahfuz, Alfonso Corona Martinez, colaboradores. São Paulo, Projeto, 1986.

CONAN, M. Concevoir un projet d'architecture. Paris: L'Harmattan, 1990.

LAWSON, Bryan. How Designers Think – the Design Process Demystified, London: The Architectural Press, 1998.

MARQUES, Sonia. Existe(m) Teoria(s) em Arquitetura e Urbanismo? Natal: PPGAU/UFRN, 199_. Não publicado.

MELHADO, Silvio Burrattino; FABRICIO, Márcio Minto. Projetos da Produção e Projetos para Produção na Construção de Edifícios: Discussão e Síntese de Conceitos. VII Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído. Qualidade no Processo Construtivo. Santa Catarina, 1998.

MELHADO, S. B. *et al.* A Gestão de Projetos de Edificações e o Escopo de Serviços para Coordenação de Projetos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA LARES, 6., 2006, São Paulo. Anais... São Paulo: LARES, 2006a.

MELHADO, S. B. *et al.* Manual de Escopo de Serviços para Coordenação de Projetos. São Paulo: AGESC, 2006b.

MIGUEL, Jorge Marão Carnielo. Brunelleschi: o caçador de tesouros. Arqtextos Vitruvius. São Paulo, set.2003. Acessado pela internet em janeiro 2008: www.vitruvius.com.br/arqtextos/arq040/arq040_02.asp

MONTANER, J. As formas do século XX. Barcelona: Gustavo Gili, 2002

MOREIRA, D., KOWALTOWSKI, D.. Discussão sobre a importância do programa de necessidades no processo de projeto em arquitetura. Ambiente Construído, América do Norte, 9, mai. 2009. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/ambienteconstruido/article/view/7381/5484>. Acesso em: 08 Ago. 2009.

QUEIROZ, F., TRAMONTANO, M.. Apartamentos paulistanos: um olhar sobre a produção privada recente. Ambiente Construído, América do Norte, 9, mai. 2009. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/ambienteconstruido/article/view/7413/5486>. Acesso em: 08 Ago. 2009.

ORNSTEIN, S., FORMOSO, C.. Editorial. Ambiente Construído, América do Norte, 9, jul. 2009. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/ambienteconstruido/article/view/9403/5483>. Acesso em: 08 Ago. 2009.

PIÑON, H. Teoría del Proyecto. Barcelona: Editions UPC, 2006.

PINSON, D. Usage et Architecture, Paris: L'Harmattan, 1993.

PROST, R. Concevoir, inventer, créer. Réflexions sur les pratiques. Paris: L'Harmattan, 1994.

RIO, Vicente del. Projeto de Arquitetura: entre criatividade e método, in: RIO, Vicente Del, org. Arquitetura: pesquisa & projeto. Prefácio: Liana de Ranieri da Silva Pereira – São Paulo: ProEditores; Rio de Janeiro: FAU UFRJ, 1998.

SANTOS, Roberto Eustaáquio dos. Disciplina e Legitimação do Conhecimento. Interpretar Arquitetura. Revista de teoria e história da arquitetura e do urbanismo.No 5 (vol. 4) março de 2003. Acesso pela internet: <http://www.arquitetura.ufmg.br/ia/>

SILVA, E. Crítica e avaliação no ensino do projeto arquitetônico: subsídios para uma discussão necessária. In: Duarte, C.; Rheingantz, P.; Azevedo, G.; Bronstein, L. (org). O Lugar do Projeto no ensino e na pesquisa em arquitetura e urbanismo. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2007, pp. 141-147. *(texto originalmente publicado nos Anais do Seminário Projetar 2005, Rio de Janeiro: PROARQ/FAU-UFRJ).*

SIMON, H. The Sciences of the Artificial. Boston/Massachusetts: MIT PRESS, 3ª edição, 1996.

SCHÖN, Donald A. Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre, Artmed, 2000.

VELOSO, M. O julgamento de projetos em contexto profissional: uma análise de concursos recentes no Brasil. Texto aprovado para publicação e discussão em mesa no IV Seminário Projetar 2009, São Paulo: PPGAU/UPM, 2009 *(Anais em edição.)*

¹ Termo cunhado por Herbert Simon para diferenciar as engenharias, a arquitetura e o design, das ciências naturais e humanas.

² Deve-se aqui também ressaltar, entre outras, a iniciativa pioneira do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGAU/UFRN) que, a partir do segundo semestre de 2009, passa a oferecer o curso de Mestrado Profissional em Projeto, Arquitetura e Meio Ambiente, com foco na qualidade do projeto de edificações, sobretudo a partir dos aspectos ambientais e tecnológicos.

³ Tradução livre das autoras do texto original em francês.

⁴ No caso visando discutir mais especificamente a questão do julgamento de projetos em contexto profissional a partir da análise de concursos de Arquitetura no Brasil, pesquisa realizada conjuntamente pelos professores vinculados ao Grupo Projetar da UFRN, na qual lhe coube a parte relativa aos modos de análise e de avaliação de projetos. Φ